

AO JUÍZO DA XXX VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE XXXXXX/UF

Por dependência - processo n.

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, menor impúbere, inscrita no CPF n. , nascida em XX.XX.XXXX, natural de XXXXX/UF, filha de PAI e MÃE, **representada pela genitora, **FULANO DE TAL****, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, nascida em XX.XX.XXXX, natural de XXXXX/UF, filha de PAI e MÃE , RG n. SSP/UF e CPF n. , residente e domiciliada na ENDEREÇO, telefone: (whatsapp), correio eletrônico: XXXXX@XXXX.com, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL** (artigo 98 do CPC), ajuizar a presente

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - RITO DA PRISÃO

em desfavor de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, nascida em XX.XX.XXXX, natural de XXXXX/UF, filha de PAI e MÃE , RG n. SSP/UF e CPF n. , residente e domiciliada na ENDEREÇO, telefone: (whatsapp), correio eletrônico: XXXXX@XXXX.com, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I - DOS FATOS:

A exequente é filha do executado (doc. anexo).

Por força da sentença judicial proferida nos autos do processo nº , pela XXXX Vara de Família, Órfãos e Sucessões de XXXXX/UF, o executado foi compelido a cumprir encargo alimentar em favor da exequente no valor de **30% (trinta por cento) do salário mínimo**, devendo ser depositado todo dia 08 de cada mês, na conta bancária , agência , operação da Caixa Econômica Federal, em nome da representante da menor.

O executado não efetuou o pagamento integral dos alimentos nos meses de novembro de 2018 a fevereiro de 2019. A prestação relativa ao mês de novembro de 2018 será cobrada em ação autônoma, pelo rito da penhora. O objeto da presente ação são os meses de **dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 e as prestações que se vencerem no curso do processo.**

O valor devido referente aos meses de dezembro de 2018, janeiro e fevereiro de 2019 é de **R\$XXX,XX (XXXXXX)**, correspondente ao valor principal acrescido de juros e correção monetária, conforme planilha de cálculo extraída no sítio eletrônico: www.tjdft.jus.br.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Atualizado até: 15/02/2019

Juros Incidentes: A partir do(s) Valor(es) Devido(s)

Percentual de Juros: 1,00%

VALORES DEVIDOS

Data do Valor	Valor	Fator CM	Valor	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
---------------	-------	----------	-------	---------	-----------	---------------------

Devido	Devido		Corrigido			
Subtotal						
Total Geral						

Os depósitos constantes nos extratos bancários da genitora não foram feitos pelo executado (doc. anexos).

Não foi apresentada pelo executado qualquer justificativa da inadimplência da obrigação alimentar fixada judicialmente, bem como foram infrutíferas as tentativas para recebimento do débito em caráter amigável, persiste até o momento a situação de débito da verba alimentícia.

II - DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requer:

a) os benefícios da justiça gratuita, conforme dispõe o artigo 98 do CPC;

b) a intimação do executado, para que, em 03 (três) dias, efetue o pagamento dos alimentos atrasados, no **valor de R\$XXX,XX (XXXXXX)**, ou apresente justificativa da impossibilidade de o fazer, sob pena de ser decretada sua prisão civil, conforme prevê o art. 528, § 3º do CPC, valor a ser depositado na conta bancária de titularidade de FULANO DE TAL, CPF n. , conta bancária , agência , operação da Caixa Econômica Federal, **incluindo-se as parcelas que vencerem no curso do processo;**

c) caso não ocorra o pagamento do débito alimentar no prazo legal, seja determinado o protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 528, § 3º do CPC, bem como, a inclusão do nome do Executado junto aos cadastros do SPC-SERASA, nos termos do art. 782, § 3º do CPC;

d) a intimação do ilustre membro do Ministério Público para atuar no presente feito;

e) A condenação do executado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF – (art. 3º, da Lei Complementar Distrital nº 908/2016), que deverão ser depositados no Banco XXXXX.

Atribui-se à causa o valor de **R\$XXX,XX (XXXXXX)**.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

Representante/Genitora

FULANO DE TAL

Defensor Público do Distrito Federal